



PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Próximo OE não pode ser muito arrojado”

Para a bastonária dos Contabilistas Certificados, a palavra-chave para o Orçamento do Estado para 2025 deve ser “equilíbrio”. Num cenário de grande pressão sobre o Governo, é preciso começar já a ver lá as promessas eleitorais, mas também apostar em medidas com menos impacto orçamental, defende.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

VÍTOR MOTA

Fotografia

Paula Franco foi reeleita bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados nesta sexta-feira em eleições de lista única, mas com a “segunda maior votação de sempre na Ordem”, como faz questão de sublinhar. Ao Governo pede “equilíbrio” e defende que a descida do IRS é para continuar já no próximo Orçamento do Estado (OE).

Já tem reunião agendada com o Executivo na qualidade de bastonária reeleita e o que é que pretende transmitir nessa reunião?

Temos tido reuniões regulares, temos outras agendadas com os ministérios com que lidamos mais. As relações estão-se a criar, está a correr tudo bem. A posição da Ordem dos Contabilistas Certificados é sempre antecipar problemas, preveni-los, alertar, independentemente de ter alterado agora o Governo.

A primeira iniciativa do Governo foi a redução do IRS. Acabou por ser aprovada uma proposta do PS. Foi a mais adequada?

Aproposta do PS vai para os escalões mais baixos, o que também é importante, mas poder-se-ia ter ido mais além, a escalões que caem essencialmente na classe média. Os rendimentos em Portugal são muito baixos e as taxas altas incidem sobre rendimentos baixos. Com a progressividade também são abrangidos. Mas com o aumento das taxas, nos períodos da crise económica, estes escalões foram muito prejudicados. Para os contribuintes será sempre pouco, porque estas descidas do IRS nos nossos bolsos significarão pouco, mas o importante é, gradualmente, ir-se diminuindo até chegarmos a um ponto ideal, porque também o país não tem condições para fazer aquilo que na cabeça dos portugueses seria um choque fiscal, não será possível porque não podemos diminuir o rendimento sem ter o equilíbrio das contas e este equilíbrio é muito importante. Mas deve manter-se esta política progressiva de diminuição (...) já no próximo OE.

Com as medidas fiscais, os au-

mentos em vários setores da administração pública já se fala em aumento do défice e derrapagem das contas públicas. O Governo pode estar a dar passos maiores do que pode?

Tem de haver equilíbrio e [...] é preciso ter cuidado com todas estas medidas. O que estamos a assistir agora, é que houve uma mudança de Governo e todas as reivindicações vêm outra vez para cima da mesa. É um direito legítimo de todos, que queiram melhor as remunerações. É verdade que houve muito congelamento de salários na Função Pública e, portanto, que existe a necessidade de ajustamentos. Agora, é óbvio, e o Governo deve estar preocupado também com isso, que não se consegue fazer tudo e não há dinheiro para tudo. Portanto, acho que tem que haver um equilíbrio de todos na tal progressão, se calhar é melhor ir começando a fazer, mas não fazer tudo uma vez, sob pena de pôr em causa o equilíbrio das contas públicas. O dinheiro não é elástico, os fundos não são elásticos e, portanto, os gastos e os custos do Estado têm limites.

Qual é a sua perceção nos contactos que tem mantido com o Executivo? Existe uma pressa de apresentar medidas e resultados, ou há essa gestão do equilíbrio, de uma forma mais ponderada?

Acho que o Executivo está com alguma ponderação, mas a pressão é muito grande e é normalíssimo quando muda um Governo haver esta expectativa de todos e a pressão ser maior para se conseguir tudo na mesma altura, mas claramente há alguma preocupação. Há muitas medidas que podem não ter impacto orçamental, mas também melhoram a vida dos

funcionários públicos e de todos nós enquanto cidadãos.

Nomeadamente?

A simplificação administrativa, a simplificação burocrática, tudo aquilo com que o cidadão lida no dia a dia. Se lhe for mais facilitado, se calhar também há uma compensação.

Do seu ponto de vista, que OE para 2025 deveríamos ter? Em função dos cenários macroeconómicos e daquilo que são as expectativas.

Acho que não pode ser um OE muito arrojado. Todos gostaríamos fosse, mas acho que há muitas contingências. Muita pressão sobre o Governo para muitos aumentos dentro da Função Pública, o que lhe vai retirar muito dinhei-

ro, muita capacidade. Portanto, tem de se fazer uma grande reestruturação a outros gastos, a outra despesa pública, para se poder chegar a um orçamento que seria o que os portugueses gostariam. Acho que aqui, mais uma vez, se pode apostar em diminuir muito a burocracia, as medidas que não têm impacto orçamental, e que, de alguma forma, teriam benefícios, para contrabalançar a impossibilidade de se dar tudo no mesmo ano. Ainda assim, tem que se começar a ver no OE as promessas do Governo, nomeadamente as relacionadas com os jovens, que já houve agora, mas temos de ir mais além. A questão da habitação, acho que é a mais premente e transversal a todos os setores. Espero ver no OE um investimento muito grande nesta matéria. ■

Com descida do IRC, “se calhar as pequenas empresas iriam até fugir menos”

Paula Franco acredita que a descida do IRC libertará meios para novos investimentos e subidas salariais. E que se as grandes empresas são as que mais beneficiam, as mais pequenas também não saem a perder.

O Governo prometeu uma redução gradual do IRC até aos 15%. Mas, face ao tecido empresarial que temos em Portu-

gal, há quem diga que a medida vai beneficiar sobretudo as grandes empresas. E as micro e PME?

As micro e pequenas empresas, de facto, não pagam muito IRC. E vai beneficiar as grandes, mas também as pequenas. O facto de o empresário ter um IRC menor, permite-lhe dispor de outra forma as suas margens, o seu lucro. Poder aumentar mais também os

“É melhor ir começando a fazer e não fazer tudo de uma vez, sob pena de pôr em causa o equilíbrio das contas públicas.”

“Um choque fiscal não será possível.”



salários dos trabalhadores, num cenário de falta de mão de obra e dificuldade de retenção de talentos. Portanto, a descida da taxa do IRC beneficiaria todos. Mais diretamente, e se calhar em termos daquelas contas objetivas, as grandes empresas mas, se calhar as pequenas empresas iriam até fugir menos, arranjar menos despesas que, se calhar, não são tão reais, porque já pagariam menos e poderiam ter mais disponibilidade para fazer outro tipo de investimentos.

Faria sentido revisitar os benefícios fiscais e, eventualmente, reduzi-los e assim compensar a questão do IRC?

Os benefícios fiscais têm a vantagem de mudar comportamentos, de beneficiar aquelas empresas que têm preocupações específicas. São vantajosos em determinadas circunstâncias, mas é um facto que

o empresário tem mais dificuldade em perceber qual vai ser o seu IRC final. Agora, os benefícios fiscais têm essa vantagem, podem mudar comportamentos e podem incentivar mudanças de políticas dentro das empresas. O que é também positivo. Portanto, aqui é muito subjetivo. O que importa é que, de facto, as empresas paguem menos IRC. O IRC não é muito significativo para as empresas, não é muito significativo para o Estado, mas acaba por ser algo que limita um pouco o investimento. E a sua descida tem essa vantagem.

A redução da TSU, poderia ser uma forma também de compensar?

Qualquer empresário diria que sim, porque a TSU é muito elevada. Mas é uma discussão difícil. A sustentabilidade da Segurança Social é algo que preocupa.

As contribuições não são impostos, são garantias que vão assegurar muitos benefícios para os trabalhadores. E, portanto, é preciso ter cuidado aí para a sustentabilidade da Segurança Social. E descer o IRC, porque é menos um encargo que as empresas têm e focarem-se um bocadinho naquilo que é um equilíbrio melhor para o país.

O Governo quer reduzir em 20% as tributações autónomas. Devia ir mais longe?

As tributações autónomas são aquilo que todos nós, contabilistas certificados, temos dificuldade em explicar a qualquer empresário, e se for um investidor estrangeiro, é muito pior.

São uma especificidade portuguesa?

São uma especificidade portuguesa. São despesas que já tinham

correções fiscais, mas a legislação mudou e agora são um pagamento de um imposto direto. Algumas viaturas de alguns valores, está-se a pagar para as ter nas empresas. É muito violento. A maior parte dos empresários colaboradores com viaturas são, de facto, vantagens que lhes são atribuídas, mas

ainda assim as pessoas estão a trabalhar, se calhar, 5 a 6 dias por semana para as empresas e, portanto, se calhar não é tão abusivo como se pensa. Não sou favorável a que exista a tributação autónoma, para mim deixaria de existir e passaria a ser uma correção se se entendesse que havia um abuso. ■

“O IRC não é muito significativo para as empresas nem para o Estado, mas limita o investimento.”

“Não sou favorável a que exista a tributação autónoma.”

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Segurança Social está a pedir o SAF-T para fiscalizar as empresas

Paula Franco avisa que o ficheiro que reúne toda a informação fiscal e contabilística das empresas não deve ser partilhado com qualquer entidade. Nem com a Segurança Social, que o está a pedir para realizar inspeções.

FILOMENA LANÇA

filomenalanca@negocios.pt

ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1

VÍTOR MOTA

Fotografia

O uso do ficheiro SAF-T para o preenchimento automático da Informação Empresarial Simplificada (IES) continua a opor os contabilistas ao Fisco. A bastonária reeleita insiste em que tal medida não deve avançar. O SAF-T compila toda a informação fiscal e contabilística de uma empresa e o ficheiro deve ser enviado apenas para inspeções e só para o Fisco, entende Paula Franco.

Já apresentaram sugestões e preocupações ao novo Governo?

Estamos a apresentar projetos para simplificação fiscal, nomeadamente em termos de prazos e informações redundantes. Temos uma grande proposta que é revogar o SAF-T para entrega da IES, mantendo-se para efeitos de inspeção da Autoridade Tributária (AT) e esse será um dos nossos focos. Para preenchimento da IES achamos que não faz sentido, aliás, isso tem vindo a ser prorrogado ao longo dos anos. Temos também a questão da sustentabilidade e do relato não financeiro, que é algo que todos os países têm que pegar. A sustentabilidade está na ordem do dia, não é fácil para as empresas lidarem com estas questões e os contabilistas certificados terão aí um papel muito importante.

Nota que tem havido melhorias na relação entre o Fisco e os contribuintes?

Está melhor a relação com o contribuinte, há um esforço muito grande. Diminuíram um pouco



as coimas, a forma de aplicação, há a dispensa da coima, o que traz uma relação completamente diferente com o contribuinte, mas, ob-

viamente que a AT ainda é uma entidade muito pesada junto dos contribuintes. A dependência dos sistemas informáticos, muitas vezes

causa constrangimentos, sem dúvida, e isso é algo que os contabilistas se queixam muito porque, de facto, queremos trabalhar e não podermos é algo que não deve ou não deveria acontecer, mas acaba por acontecer sempre. A AT, apesar de tudo, está a funcionar muito melhor do que já funcionou no passado do ponto de vista dos sistemas, mas, por exemplo, se vamos à Segurança Social, está, muitas vezes inoperacional do ponto de vista informático, o que causa muitos constrangimentos.

Que propostas têm em matéria de simplificação de pro-

cedimentos?

Uma das propostas que estamos a apresentar é uma gestão diferente das datas das obrigações fiscais. Há obrigações fiscais que caem todas nos mesmos momentos e que podem perfeitamente ser retiradas dessas datas para não serem coincidentes com outras.

Há pouco falou na entrega do ficheiro SAF-T da contabilidade. Acha que vai mesmo ficar pelo caminho? Já discutiu isso com o Governo?

Já tenho falado com o Governo sobre isto. Eu espero que sim. Espero que sim. O SAF-T para a

“O SAF-T é um ficheiro para inspeções e não para cumprir obrigações declarativas.”

“Apresentamos propostas de uma gestão das datas das obrigações fiscais diferente.”

ID: 111783103

24-06-2024

“A AT, apesar de tudo, está a funcionar muito melhor do que no passado.”

“Há obrigações fiscais que caem todas nos mesmos momentos.”

inspeção, eu percebo perfeitamente a razão por que existe. Agora, para a entrega da IES, há seis anos, pelo menos, desde que estou neste cargo como bastonária, que o temos vindo a prorrogar. E não há condições para que ele entre em vigor. Não faz sentido esse caminho. É um ficheiro para inspeção, não é um ficheiro para cumprimento de obrigações [declarativas]. E a Comissão Nacional de Protecção de Dados já se pronunciou várias vezes sobre o excesso [de informação]. Se há ali questões que violam a protecção de dados, têm que ser corrigidas.

Pode dar exemplos?

Só para perceber, uma das informações que o SAF-T tem é a de quem fez o registo da operação e a que horas o fez. Isto viola questões relacionadas com o contabilista certificado e com os seus colaboradores. E é abusivo nesse sentido. Por isso é que nós temos muitas restrições. Espero que o SAF-T, para entrega de obrigações, de facto, seja de todo revogado. E que se tenha algum cuidado na sua utilização, já que está a ser pedido por muitas entidades. Temos alertado contabilistas para avisarem os clientes de que o ficheiro não deve ser enviado para os bancos, por exemplo, porque tem demasiada informação.

Em que circunstâncias é que os bancos pedem?

Para financiamentos, para análise das empresas... O que normalmente se envia para o banco é um balancete, que vai num PDF, mas se o banco tiver um ficheiro, claro que lhe facilita muito a vida. Não deve é ser o ficheiro SAF-T da contabilidade tal como ele está. Mesmo os bancos recorrem a empresas ex-

ternas, os dados hoje em dia, não nos podemos esquecer, são o petróleo do passado, a venda de dados, a exploração de dados é algo que é uma realidade e tem de se ter cuidado com a partilha. Quando enviamos um SAF-T para o banco, não sabemos o limite de utilização daquela informação.

Além da AT, há outras entidades a solicitar o SAF-T para efeitos de inspeção?

Neste momento estamos confrontados com a Segurança Social a pedir o SAF-T. Estamos a analisar a situação e vamos fazer um memorando para a Segurança Social. Não me parece correto. Aquilo teve um fim específico para fins de inspeção da AT, foi criado para esse fim, não faz sentido que seja enviado para qualquer outra entidade.

Não há previsão legal?

É isso que estamos a analisar, a Segurança Social diz que sim, nós achamos que não, estamos a avaliar a situação. A informação é demasiada e por isso é que acaba por ter que se restringir. É o ideal, de facto, mandar-se um ficheiro para que uma inspeção da Segurança Social possa ver determinados dados e evitar enviar papel, claro que sim. Agora, nós temos que criar, é um mecanismo harmonizado de informação financeira que sirva muitos utilizadores. Criar esta informação é útil para todos, mas depois não se pode permitir que se peça muito mais informação em papel, que é o que acontece hoje em dia numa inspeção. Pedem o SAF-T e depois pedem não sei quantas informações em papel, faturas, fotocópias, etc. Não há capacidade e os recursos das empresas são escassos. ■

“Execução do PRR está muito longe do que era expectável”

A Ordem dos Contabilistas Certificados tem uma bolsa de profissionais designados para acompanhar o PRR, mas até agora, pouco tem havido para verificar, diz a bastonária. Paula Franco avisa que o tempo está a passar e teme que seja impossível execução a 100%.

A Ordem tem feito algum acompanhamento do PRR?

Nós temos uma bolsa de contabilistas certificados designados para acompanhar e fazer a verificação das despesas de alguns dos apoios do PRR, mas tem sido muito lento e ainda não fazemos o que gostaríamos de fazer nessa área.

Defina lento.

Acho que a execução está muito longe de ser aquilo que era expectável. Está muito lenta, o que significa que ainda há pouco para verificar. E já não temos muito tempo, não é?

Será possível cumprir até 2026?

Isso é algo que todos esperamos, que esse dinheiro entre na economia, que seja bem usado. Agora tenho algumas dúvidas, o tempo está a passar muito depressa, vamos ver se este Executivo tem a capacidade.

Da vossa sensibilidade no terreno, o que lhe parece é que será difícil cumprir?

Primeiro, não se sente até agora e já passaram vários anos. Claro que o início é sempre o mais complicado, se calhar agora as condições já estão mais preparadas para se começar a executar mais, vamos ver o que é que vai acontecer. Sinceramente, não te-

nho uma expectativa muito positiva que se consiga fazer a execução a 100%.

Os processos continuam a ser demasiado complexos?

São sempre complexos, é dinheiro financiado, é dinheiro público tem de ter um controlo muito grande.

Em geral, já há muitos contabilistas no Estado?

Diria que, em concursos mais recentes, na mobilização interna dentro do Estado, tudo o que tem a ver com áreas relacionadas com a contabilidade, já há muito mais contabilistas do que não contabilistas. Uma das agendas que temos é a do contabilista público. A legislação diz que um contabilista público tem de ser um dirigente intermédio e aquilo que está subjacente é criar a carreira e criar, acima de tudo, a responsabilidade. Nas empresas há um contabilista certificado que é responsável pela informação financeira, e depois há um gestor, que é responsável pela gestão. E ambos se responsabilizam pela informação financeira. No Estado, só este dirigente intermédio é que se responsabiliza. E é aqui que está a questão, que pode trazer uma melhoria significativa nas contas do Estado. É responsabilizar profissionais com competência para aquela tarefa. Claro que é uma decisão política. Pôr a responsabilidade de ter determinados resultados nas mãos dos contabilistas no Estado pode trazer maior transparência, melhoria das contas, mas pode não agradar a quem está por trás ou que está responsável por determinados serviços. ■

Respostas rápidas

PAULA FRANCO
Dedicada.

29 DE SETEMBRO
O meu dia de anos.

BALANÇA
Equilíbrio.

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE
Tem que melhorar.

CORRUPÇÃO
Tem que acabar.

CONTABILIDADE
É a resolução para muita coisa.

MIRANDA SARMENTO
Vai ser um bom ministro das Finanças.

SANTOS POPULARES
É sempre bom para nos divertirmos e convivermos.

AMIZADE
O mais importante para sermos sempre equilibrados.

MULHER
Maternal.

“OUTFIT”
Tem que se manter alguma parte conservadora.

FAMÍLIA
O essencial.

FÉRIAS
Também necessárias.

SAUDADE
Saudade de quem nos deixou.

PORTUGAL
É um país fantástico.

ID: 111783103

24-06-2024

PAULA FRANCO BASTONÁRIA DA ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS

“Poucas empresas tiveram condições” para utilizar benefício da valorização salarial

O incentivo fiscal à valorização salarial criado em 2023 teve pouca utilização pelas empresas, afirma a bastonária dos contabilistas, que defende que as regras, demasiado restritivas, devem ser revistas.



FILOMENA LANÇA
filomenalanca@negocios.pt
ROSÁRIO LIRA, ANTENA 1
VÍTOR MOTA
Fotografia

A bastonária dos Contabilistas Certificados lamenta que o benefício em IRC da valorização salarial tenha sido pouco usado pelas empresas. Paula Franco defende medidas como os vistos gold ou o regime dos residentes não habituais e diz que o país não se pode dar ao luxo de recusar esse tipo de investimentos.

Em 2023 foi criado um benefício fiscal de incentivar a valorização salarial. As empresas deverão refletir isso agora nas suas declarações de rendimentos. Do acompanhamento que fazem os contabilistas certificados, diria que houve, enfim, adesão, que haverá muitas empresas

a beneficiar da majoração? Ficou um bocadinho aquém. Porque tem muitos ‘ses’ e o problema são sempre os ‘ses’. A medida é muito positiva, de dar mais um salário aos trabalhadores até um limite que era bastante elevado, 4.100 [euros], portanto, era um valor bastante elevado, atribuir um salário sem tributação em IRS e sem contribuição para a Segurança Social. O trabalhador recebia esse valor líquido, o que é muito bom para fazer face até a despesas extras. Um salário completamente limpo, sem impostos, direitinho na sua conta. Mas acabou por não ser muito utilizado pelas empresas pelas condições que tinha.

Principalmente porquê?

Nomeadamente, o aumento de 5 % para os trabalhadores poderem beneficiar deste salário sem tributação. Acabou por ficar aquém, porque poucas empresas tiveram as condições de aumentar estes 5,1 % de salário.

Mas tal como está não funciona, é assim?
É limitativa. Não há muitos casos a aplicarem-na, de facto.

Então, a medida, do seu ponto de vista, poderia ser mantida, mas reformulada?
Pelo que percebi também do programa do Governo, [a ideia] é também apostar nesta medida, que já vinha do Governo do PS, e mantê-la. Se calhar sem tantos ‘ses’, porque vamos aprendendo também com as medidas. Quando percebemos que não foram tão utilizadas, tem de se perceber porquê.

O Governo anunciou uma redução do IVA na construção para os 6%. É uma medida muito esperada pelo setor e agora ficou a saber-se que afinal vai ser até o final do mandato, portanto não tem uma data agendada. Acha que devia avançar já?

Claramente criou aqui um

constrangimento e até a paragem de muita construção, porque os contribuintes estão à espera de fazer o seu investimento e a atrasá-lo à espera desta medida. Ao anunciarem-se medidas que têm este impacto tão grande e que podem refrear a economia, que é o que está a acontecer – e já se fala muito nisto no meio da construção civil – acho que se tem que ter algum cuidado com a expectativa e definir ‘timings’.

Tem defendido o regresso dos vistos gold. O Governo anunciou agora uma autorização de residência para investimento social, uma espécie de visto gold solidário. Já é alguma coisa ou acha que devia ir mais longe?

Não foi o visto gold que diminuiu a habitação disponível para os portugueses. O visto gold tem um nicho de mercado muito específico, de luxo. Qualquer investimento que venha para Portugal é

melhor do que não vir e o visto gold trouxe investimento que não viria noutras circunstâncias. Faz sentido manter e recuperar e até pode ir para valores mais elevados. É sempre benéfico atrairmos investimento para Portugal, e é importante explicar aos portugueses isso. Também o regime dos residentes não habituais, apesar de haver um regime agora, enfim, paralelo, não é o mesmo. Todas essas medidas atraem investimento para Portugal, atraem dinheiro para entrar na economia. E é isso que é preciso explicar a todos os contribuintes. Temos de perceber que provavelmente essa pessoa não residente, não viria para Portugal, não traria o seu dinheiro se não tivesse esse benefício fiscal. Os portugueses não ficam prejudicados. Nós somos um país pequeno e precisamos de ter capital. Atrair investimento é extremamente importante, fomentar as exportações para vir dinheiro de fora é fundamental. ■



CONVERSA CAPITAL
PAULA FRANCO

“O próximo OE não pode ser muito arrojado”

Com descida do IRC, “as pequenas empresas iriam até fugir menos”, diz bastonária dos contabilistas.

PRIMEIRA LINHA 4 a 8

n
negócios.pt
1
ANTENA

Vitor Mota